

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de agosto é apresentado o relatório referente ao 3.º trimestre de 2017.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 3.º trimestre de 2017 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 3.º trimestre de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsto	Real	Desvlo
Vendas e serviços prestados	2 259 395,79	2 371 397,10	112 001,31
Subsidio à exploração	0,00	768,44	768,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-122 398,18	-115 056,30	7 341,88
Fornecimentos e serviços externos	-1 481 298,32	-1 401 265,58	80 032,74
Gastos com pessoal	-246 767,28	-277 437,34	-30 670,06
Provisões	-73 150,00	-8 400,00	64 750,00
Outros rendimentos	240 676,05	64 451,89	-176 224,16
Outros gastos	-163 143,26	-118 375,68	44 767,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	413 314,80	516 082,53	102 767,73
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-321 955,39	-263 675,84	58 279,55
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	91 359,40	252 406,69	161 047,29
Juros e gastos similares suportados	-1 079,50	-704,51	374,99
Resultado antes de impostos	90 279,90	251 702,18	161 422,28
Impostos sobre o rendimento do período	-20 312,98	-56 632,99	-36 320,01
Resultado liquido do período	69 966,93	195 069,19	125 102,26

Analisando comparativamente as rubricas de Rendimentos verifica-se que foram orçamentados para o período em análise 2.500.072 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 2.436.617 €, existindo um decréscimo de 63.454 €. Convém referir, antes de uma análise mais detalhada, que a Taxa de Gestão de Resíduos foi orçamentada em Outros Rendimentos e à data atual está a ser registada na rubrica de Prestações de Serviços (como será possível verificar no mapa de detalhe das vendas e Prestações de Serviços). Este entendimento foi

comunicado pela Agência Portuguesa do Ambiente de modo a que se apure em qualquer momento qual o montante de TGR cujo pagamento foi realizado e para maior controlo face aos resíduos tratados.

Para o 3.º trimestre de 2017 estavam orçamentados 524.268 € de Vendas e apenas se registaram 460.259 €, existindo um decréscimo de 64.009 €, por um lado pelo decréscimo em 9.448 € na venda de energia à EDP e por outro pelo decréscimo em 54.561 € na Venda de material reciclável, por influencia do decréscimo do valor pago por tonelada pelo encaminhamento de plástico para reciclar que diminuiu 145,60 €/tonelada, desde o início do ano.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 3.º trimestre de 2017:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
Vendas	524 268 €	460 259 €	-64 009 €
Venda de energia	104 240 €	94 792 €	-9 448 €
Material reciclavel	420 028 €	365 467 €	-54 561 €
Prestações de Serviços	1 886 755 €	1 911 138 €	24 383 €
RSU Indiferenciado	1 732 880 €	1 787 116 €	54 236 €
Recolha de vidrões	2 248 €	2 161 €	-87 €
Taxa de Gestão de Resíduos	151 627 €	121 861 €	-29 766 €

As prestações de serviços apresentam um acréscimo de 24.383 €, tendo o principal desvio ocorrido no RSU Indiferenciado por via do aumento das toneladas entregues para tratamento, que estava orçamentada até setembro em 39.384 toneladas e na realidade foram entregues 40.616 toneladas o que representa um acréscimo de 1.232 toneladas. A rubrica da Taxa de Gestão de Resíduos, apresenta um decréscimo de 29.766 € uma vez que a incidência desta Taxa foi orçamentada sobre 50% dos resíduos entregues para tratamento e até ao período em análise, a incidência foi sobre 40% dos resíduos, à semelhança do que aconteceu em 2016. Quanto à recolha de vidrões também apresenta um ligeiro decréscimo de 87 € face ao orçamentado.

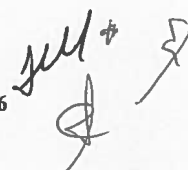
A rubrica de subsídios à exploração refere-se a uma tranche do estágio PEPAL que terminou em maio de 2016, no entanto os montantes de comparticipação só serão conhecidos aquando do fecho da candidatura, que ainda está em análise.

Os Outros Rendimentos apresentam um decréscimo de 176.224 €, este desvio justifica-se porque foram orçamentados juros de depósitos a prazo com taxas um pouco superiores ao que se tem verificado. Por outro lado, também foi orçamentado o recebimento de juros de mora por parte dos Municípios devedores, o que na realidade até ao momento não se verificou. Esta rubrica inclui também a Taxa de Gestão de Resíduos orçamentada a debitar aos Municípios, mas, no decorrer do trimestre anterior e por indicação da Agência Portuguesa do Ambiente a TGR voltou a ser debitada mensalmente e assim optou-se por continuar a registar os seus valores na rubrica de Prestações de Serviços.

Quanto aos gastos estavam orçamentados 2.409.792 € para o 3.º trimestre de 2017 e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu a 2.184.915 €, o que evidencia um decréscimo de 224.877 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um decréscimo de 7342 € face ao orçamentado, esta diminuição deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 36.775 € e na realidade ascendeu a 18.797 €, em relação ao gasóleo houve um acréscimo de 10.636 € face ao orçamentado.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam um dos maiores decréscimos deste trimestre com um desvio de 80.033 € face ao orçamentado. No quadro seguinte podemos observar quais os principais desvios desta rubrica:



Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
Trabalhos Especializados:			
Transporte e Tratamento de RSU	941 269,00	957 651,47	16 382,47
Monitorização e Caracterização	4 198,68	2 108,50	-2 090,18
Tratamento de lixiviado	151 764,30	7 777,05	-143 987,25
Outros	168 538,26	208 697,52	40 159,26
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilizaçã	2 346,00	8 053,76	5 707,76
Vigilância e Segurança	17 091,75	17 277,03	185,28
Conservação e Reparação:			
Equipamento Básico	17 605,65	26 343,79	8 738,14
Equipamento de Transporte	38 075,33	33 026,42	-5 048,91
Equipamento Administrativo	225,38	297,41	72,04
Pneumáticos	14 116,02	24 042,36	9 926,34
Instalações	4 738,47	19 304,20	14 565,73
Ferramentas e Utensílios	3 329,82	2 049,49	-1 280,33
Material de escritório	7 166,03	4 106,41	-3 059,62
Energia e Fluidos			
Electricidade	34 207,74	19 223,27	-14 984,47
Combustíveis	2 607,69	2 965,96	358,27
Água	981,44	1 154,36	172,93
Óleos e lubrificantes	6 176,42	4 069,03	-2 107,39
Comparticipação Energia CVE	26 059,88	23 489,26	-2 570,62
Deslocações e Estadas	1 605,00	1 015,29	-589,71
Rendas e Aluguers			
Imoveis	3 000,00	3 000,00	0,00
Equipamento	727,11	1 062,02	334,91
Viaturas	4 865,49	4 865,49	0,00
Comunicação	2 531,39	2 350,77	-180,61
Seguros	20 796,86	20 119,37	-677,49
Contencioso e Notariado	996,72	1 359,59	362,87
Limpeza Higiene e Conforto	3 579,00	3 367,13	-211,87
Outros Serviços	2 698,94	2 488,63	-210,31
TOTAL	1 481 298,32	1 401 265,58	-80 032,74

Da análise dos valores dos fornecimentos e serviços externos verifica-se que foram orçamentados 1.481.298 € e que no período em análise a rubrica apresenta o valor de 1.401.266 € o que evidencia um decréscimo de 80.033 €. A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foi o tratamento de lixiviado que para o período em análise estava

orçamentado em 151.764 € e à data atual o valor ascende a 7.777 €, tendo em conta que se tem registado pluviosidade muito baixa ou quase inexistente neste ano, não se tem verificado a necessidade de recorrer ao tratamento exaustivo do lixiviado como já aconteceu em anos anteriores. Também ao nível da eletricidade se verifica um decréscimo de 14.985 €, o fato de se ter investido em 2016 numa bateria de condensadores permitiu uma redução substancial nos custos com o consumo de energia.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um acréscimo de 30.670 €, o valor desta rubrica foi orçamentado tendo por base o histórico de 2016 em que o absentismo foi elevado devido a baixas médicas e de seguro. Até ao período em análise verifica-se que os colaboradores regressaram aos postos de trabalho, verificou-se também no período em análise a transição dos colaboradores que se encontravam a exercer funções por trabalho temporário para a Empresa. Foi também reconhecido como gasto, o custo com despesas médicas dos trabalhadores do SNS, nos termos do artigo 110 da Lei n.º 7-A/206 de 30 de março, que à data atual ascende a 4.862 €.

A rubrica de provisões tem orçamentado o valor de 73.150,00 € em janeiro de 2017, relativo ao processo judicial que decorre no Tribunal Judicial de Benavente (Processo n.º 814/11.6TBBNV), referente ao terreno onde se situa a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. A Empresa optou, no entanto, por constituir a provisão em dezembro de 2016, dado que já tinha sido proferido o resultado da 1.ª perícia ao terreno e que a mesma aponta para o valor 1.900 €/mensais e tendo em conta que o Município de Salvaterra de Magos também é réu no processo, considerou-se 50% do valor, ou seja, 950,00€/mensais desde agosto de 2010 até dezembro de 2016. Assim, neste trimestre apenas se verifica o reforço da Provisão em 8.400 €, que corresponde aos 950 €/mensais de janeiro a setembro de 2017, o que originou um desvio positivo de 64.750 €.

Os gastos de depreciação e amortização apresentam um decréscimo de 58.280 €, uma vez que estava orçamentado o investimento em ecopontos no valor de 390.000 € até março, no entanto o início do fornecimento só se iniciou em fevereiro, pelo que até ao momento ainda não é possível ter o impacto total das depreciações deste investimento em comparação com o orçamentado dado que até ao final deste trimestre está realizado o investimento no valor de 253.080 €. Entretanto, terminou a vida útil de determinados ativos e os que, entretanto, se realizaram são de baixo valor.

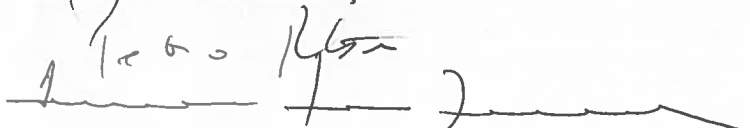
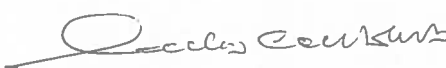
A rubrica outros gastos apresenta um decréscimo de 44.768 €, este desvio está relacionado com o calculo da Taxa de Gestão de Resíduos, que foi orçamentada incidindo sobre 50% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas. Nesta rubrica está reconhecido como gasto o valor das despesas e cuidados de saúde no SNS dos trabalhadores referente a anos anteriores e que ascende a 11.081 €.

Os juros suportados ascendem neste trimestre a 705 €, referem-se os juros dos contratos de leasing, que, entretanto, terminaram em setembro.

Assim, o Resultado Líquido do Período no 3.º trimestre de 2017 ascendeu a 195.069 €, evidenciando um acréscimo de 125.102 € face ao orçamentado, por via de decréscimos de gastos em especial os fornecimentos e serviços externos e diminuição das provisões.

Almeirim, 30 de novembro de 2017

O Conselho de Administração

O CC (Alda Margarida Marques n.º 68.270)

